

**ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA DA IRMANDADE DE NOSSA
SENHORA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, REALIZADA EM 30
DE MARÇO DE 2022**

Ao trigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, teve lugar a Assembleia-Geral Ordinária, da Santa Casa da Misericórdia do Porto, pelas dezoito horas e trinta minutos, no auditório D. Pedro IV, situado no edifício do palacete Araújo Porto, onde se encontra instalado o Centro Corporativo, à Rua Joaquim Vasconcelos, n.º 79, desta cidade.

A Assembleia-Geral foi dirigida pelo seu Presidente, Dr. Jorge Rui Moia Pereira Cernadas, e secretariada pelos Senhores Dr. José Manuel Lemos Pavão, Engenheiro António José Barbosa Samagaio e Victor Guilherme da Barrosa Pereira Dias.

Declarada aberta a sessão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia-Geral cumprimentou os Irmãos presentes, referindo que a Assembleia Geral Ordinária destinar-se-ia, conforme estatutariamente previsto, à apreciação e votação das Contas de Gerência do exercício de 2021, bem como do Relatório da Mesa Administrativa e respetivo Parecer do Definitório e demais documentos previstos na Lei.

De seguida, o Senhor Presidente convidou o Senhor Provedor, Dr. António Manuel Lopes Tavares, para a abordagem e a apresentação do Ponto único da Ordem de Trabalhos constante da Convocatória – *“Apreciação e votação das Contas de Gerência do exercício de 2021, bem como do Relatório da Mesa Administrativa e respetivo Parecer do Definitório e demais documentos previstos na Lei.”*

O Senhor Provedor cumprimentou os Irmãos presentes, os Membros da Mesa da Assembleia Geral, os do Definitório e os da Mesa Administrativa, agradecendo a presença de todos e informando da partilha que iria fazer dos documentos que dariam relevância a esta Assembleia.

Falou da dificuldade da elaboração deste Relatório, por ser um documento que significa o tempo vivido numa situação de uma crise motivada pela chamada “troika”, seguida do período pandémico e, atualmente, com a realidade de uma guerra na Ucrânia, provocada pela invasão da Rússia, chamada de operação militar especial, com impacto significativo um pouco por todo o Mundo.

Referiu a posse do novo Governo da República Portuguesa no dia de hoje, pelas 17 horas, que permitirá que os compromissos assumidos com a Misericórdia do Porto saiam do papel, nomeadamente os do Ministério da Saúde.

Sumariou o trabalho desenvolvido na elaboração da execução orçamental e na ligeira subida dos rendimentos, em relação àquilo que são os gastos, no ciclo de investimentos realizados, sublinhando a dinâmica e a força motriz da Misericórdia do Porto, que tem deixado de estar assente à volta do Hospital da Prelada e tem assentado na realidade da autossustentabilidade de cada um dos projetos e, fundamentalmente, do património de rendimento.

Falou do esforço que a Mesa Administrativa tem vindo a desenvolver, lembrando os resultados, em termos operacionais, profundamente negativos, no ano de maior impacto da pandemia, e da expressão do novo resultado operacional conseguido.



misericórdia
do porto

Explicou que, por exemplo, se tivesse sido concretizada a alienação do campo do Senhora da Hora, agora prevista para o meio do mês de junho deste ano de 2022, à Câmara Municipal de Matosinhos, os resultados apresentados seriam, claramente, mais positivos e mais interessantes.

Disse que, em termos da composição do *cash flow*, o peso das amortizações, as quais complicam a própria operação em si, evidencia bem o esforço que está a ser feito de alavancagem em termos da atividade em desenvolvimento.

Ao nível dos rendimentos, existe uma forte componente dos rendimentos assentes na prestação de serviços ao Estado e ao nível dos gastos, o maior peso é notado na rubrica “Gastos com o Pessoal”.

Destacou o Parecer do Definitório e agradeceu toda a colaboração que o Definitório tem dado à Mesa Administrativa, no seu dia a dia.

Relativamente à Certificação Legal das Contas, sublinhou que, a exemplo do ano passado, é uma certificação de contas sem qualquer tipo de reserva ou ênfase.

Evidenciou a densidade do Relatório, que apresenta muita informação daquilo que foi a atividade da Santa Casa da Misericórdia do Porto, pelo que, pese embora seja uma leitura que exige tempo, é também uma leitura que não deixa de ser agradável porque permite ver o trabalho desenvolvido na Instituição.



Realçou que o impacto do COVID atingiu mais de 1 milhão e 700 mil euros, fruto da falta de admissões de utentes nas ERPIs, das reduções registadas no CIAD (Centro Integrado de Apoio à Deficiência) e no CNSE (Colégio de Nossa Senhora da Esperança), no Centro de Doentes de Alzheimer /Centro Hospitalar Conde de Ferreira, entre outras Unidades Operacionais, significando a falta de receitas, parte delas retirada pelo Estado, administrativamente, assim como todos os gastos, concretamente, 600 mil euros em testes Covid, entre outras despesas, como a desinfeção dos espaços, dos equipamentos, com a recolha de resíduos, algumas não previstas em sede do Orçamento.

Lembrou, ainda, do apoio efetivado aos Inquilinos mais vulneráveis, através na redução no pagamento das rendas, no aumento significativo no valor dos produtos das matérias-primas, que obrigou a paragens nas obras patrimoniais, também, por vezes, na dificuldade na receção dos materiais, porque esgotados para entrega.

Disse que, na fase pandémica, ao nível dos colaboradores, foram confirmados mais de 1544 casos, a maior parte na Área Social e na Área da Saúde, que obrigou à realização de mais de 5000 testes, entre colaboradores e utentes, provocando um gasto extraordinário.

Realçou que, com tantas dificuldades, a operação acabou por redundar em défice, destacando o desempenho da Área da Educação, do Património de Rendimento e da Saúde, áreas estas que, apesar das circunstâncias, foi possível, através do controlo sucessivo das despesas, estabilizar e executar mesmo abaixo do orçamento.

Novamente, salientou o Parecer do Definitório, pelo facto de ser um documento muito pormenorizado e entendível.



Evidenciou a evolução do número de colaboradores e do efeito Covid, que obrigou à contratação de elementos para substituição e reforço dos colaboradores contaminados pelo vírus ou em isolamento, aumentando o número de colaboradores.

Deu nota, novamente, sobre o impacto do conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que começou a impactar os custos na área da energia, o que irá determinar que o orçamento se esgote nos próximos meses de julho/agosto, por força do aumento dos preços que se tem vindo a observar.

Disse que, ao mesmo tempo, quanto à inflação e às matérias primas, todos os operadores têm pedido a revisão de preços, estando a Instituição a atender a este pedido e à possibilidade de os renegociar de 3 em 3 meses.

Na Área do Património, falou da subida de preços e da eventual especulação nas matérias-primas, como a energia, o petróleo, por causa do aquecimento, levamo-las na alimentação, levamo-las nos produtos de limpeza e higiene e também no impacto que tem todas as outras *commodities* (produtos básicos globais não industrializados, ou seja, matérias-primas que não se diferem independente de quem as produziu ou de sua origem, sendo seu preço uniformemente determinado pela oferta e procura internacional.)

Reforçou que teremos de estar atentos aos próximos tempos, nomeadamente pelas consequências que advirão do conflito, pois o mundo mudou e nada será igual àquilo que estávamos habituados, forçando a entrada num caminho de



resistência e de resiliência, para que se consiga realizar aquilo que, em termos estratégicos, a Assembleia Geral tem aprovado.

No campo das parcerias, lembrou da eventual parceria com ORPEA, no Centro Hospitalar Conde de Ferreira, que terminou porque o impacto na economia dessa empresa foi muito grande.

Reafirmou que o Relatório e as Contas são documentos que espelham, de uma forma verdadeira, a vida da Misericórdia do Porto que, em tempos como aqueles que se têm de viver, seria uma exceção, se fosse apresentado outro tipo de resultados.

Informou da disponibilidade do novo Governo, nomeadamente da Senhora Ministra da Saúde e da Senhora Ministra da Segurança Social, no sentido da atualização de alguns dos Protocolos celebrados com a Santa Casa da Misericórdia do Porto, melhorando, nomeadamente, o do Hospital da Prelada, recordando que, desde o ano de 2008, nas revisões do Contrato Programa do Hospital da Prelada com o Ministério da Saúde, houve uma redução em cerca de 8 milhões de euros de receita, impactando a vida da Instituição.

Na linha do programa aprovado na última Assembleia Geral, relativamente à alienação dos ativos que não sejam necessários na Instituição, tem havido constantes apelos de entidades multinacionais e outras do setor imobiliário que querem negociar com a Santa Casa, significando a rentabilização de cerca de 90 milhões de euros de património que se encontra em *stock*.

Deixou uma palavra aos colaboradores que, disse, têm sido inexcelíveis, nomeadamente aqueles onde a pressão se está a sentir mais, como é o caso do Hospital da Prelada, onde se vive a mudança do paradigma, por força das circunstâncias atuais.

Reforçou que a paciência e a resiliência de todos serão importantes para que a Mesa Administrativa consiga realizar a transformação que se impõe, através do aumento das receitas, nomeadamente do património de rendimento.

Lembrou o exemplo do Centro do Professor Albuquerque e Castro – Edições Braille e os seus trabalhos que, neste momento, permitem que a sua viabilidade seja assegurada através da produção de livros braille para as ex-colónias, Moçambique e Angola, assim como a viabilidade do CIAD, pela obtenção de recursos advindos dos cursos da Formação Profissional, que têm ajudado aos seus bons resultados.

Recordou a Casa Testa, com mais de 200 anos de atividade; a empresa de lotarias, em Lisboa, que deixou de efetivar negócio, obrigando à sua extinção, apesar de ter sido proposta a sua venda, por um euro, aos seus colaboradores.

Após a exposição detalhada do Relatório da Mesa Administrativa e das Contas de Gerência do exercício de 2021, o Senhor Provedor solicitou que a Irmandade presente analisasse e refletisse em tudo aquilo que tinha acabado de ouvir, tendo ficado ao dispor para qualquer tipo de esclarecimento dos Irmãos presentes.

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral convidou o Senhor Presidente do Definitório, o *Irmão Senhor Dr. António José Ramalho Monteiro*, a usar da palavra, o qual começou por felicitar os Membros dos Órgãos Sociais, os Irmãos e os Colaboradores presentes nesta Assembleia.

O Dr. António Monteiro prosseguiu, dizendo que o facto deste Relatório de Gestão e Contas ser tão exaustivo, tão pormenorizado, por um lado, e o facto de todas as informações que foram disponibilizadas pela Mesa Administrativa, especialmente pelo Senhor Tesoureiro Geral, Dr. Joaquim Vianez e Senhor Provedor, terem facilitado imenso o trabalho do Definitório; por outro lado, também o facto de as contas terem sido auditadas pelo Revisor Oficial de Contas e, como já tinha sido referido pelo Senhor Provedor, continua a não ser registada qualquer ênfase ou reserva na Certificação Legal de Contas, que é um garante da qualidade e do rigor das contas da Santa Casa.

Disse que, como já tinha sido referido pelo Senhor Provedor, continua o ano a ser marcado pela pandemia, mesmo com algumas melhorias, não deixando de haver colaboradores que estiveram em isolamento profilático, pelo que houve necessidade de reforçar os colaboradores, sobretudo ao nível da enfermagem, de auxiliares de ação médica e de ajudantes de lar, portanto, aumentando os custos da exploração

Informou que foi registada, com agrado, a submissão de candidaturas para financiamento de investimentos, tendo sido apresentadas 13 candidaturas na qualidade de promotor, envolvendo um investimento global de cerca de 5,5 milhões de euros, e a obtenção de um financiamento, não reembolsável, de cerca de 3,3 milhões de euros, traduzido numa taxa média de financiamento de 61%, portanto, será um investimento que foi muito bem aproveitado pela Mesa Administrativa e que irá dar frutos no futuro.



Ao nível do Património, disse, também foi registada uma recuperação, conseguida através da celebração de mais 113 contratos de arrendamento, correspondendo a um aumento de cerca de 60%, face ao ano de 2020.

Por outro lado, na área da saúde, e comparando o ano de 2021 com o ano antes da pandemia, o de 2019, registou-se uma maioria da atividade, com um acentuado crescimento das consultas, quer no Hospital da Prelada, quer no Centro Hospitalar Conde de Ferreira, de 13 e 14% respetivamente. Relativamente à atividade cirúrgica do Hospital da Prelada verificou-se um crescimento de 15%, face ao ano de 2019.

Relativamente às Contas, os Rendimentos atingiram um valor de 59,7 milhões de euros, mais 0,8% do que o previsto e 6,5% mais do que o ano anterior. Quanto aos Gastos registaram um valor de 64,1 milhões de euros, 1,5% acima do orçamentado e 2,2% superior ao ano transato.

O total dos Fundos Patrimoniais ascendeu a um montante apreciável de 147,8 milhões de euros, menos 3,5% do que o valor do período homólogo, fruto dos resultados negativos acumulados.

Por este mesmo motivo, também, o total do Ativo registou o valor de 277 milhões de euros, menos 1,6% do que no ano anterior.

Assim, o Resultado líquido do exercício, embora negativo em cerca de 4,4 milhões de euros, reduziu o resultado negativo em 32%, face ao exercício



transato, traduzindo-se numa expressiva recuperação de cerca de 2,1 milhões de euros.

Por tal, o EBITDA registou um valor negativo de cerca de meio milhão de euros, mas também menos 79%, relativamente ao exercício do ano de 2020, com uma melhoria acentuada de cerca de 2,1 milhões de euros.

Por tudo isto, afirmou que o Definitório emitiu o parecer favorável à aprovação do Relatório de Gestão e Contas da Santa Casa, referentes ao exercício de 2021, registando, com agrado, a melhoria da atividade dos Estabelecimentos, com especial impacto na área da Saúde e do Património de Investimento, o que se traduziu numa recuperação dos resultados da Instituição no caminho da saudável sustentabilidade da Santa Casa.

Concluiu com uma saudação especial à Mesa Administrativa pela resiliente estratégia implementada no ambiente pandémico, tão desfavorável, cujos frutos já se fazem sentir, salientando, igualmente, o contributo decisivo dos colaboradores na aludida recuperação da atividade e dos resultados.

Aberto o período para inscrições dos Irmãos que pretendessem obter esclarecimentos, quer da Mesa Administrativa, relativamente ao Relatório de Gestão e às Contas, quer relativamente ao parecer do Definitório, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao *Irmão Senhor Dr. Jorge Eduardo Silva Ferreira Dias*, antigo Tesoureiro Geral da Misericórdia do Porto, que cumprimentou os Membros da Mesa da Assembleia Geral, na pessoa do seu Presidente, o Definitório, na pessoa do Dr. António Monteiro, e toda a Mesa Administrativa, na pessoa dos Senhores Provedor, Vice-Provedor, Senhoras Mesárias e Senhores Mesários e todos os Irmãos presentes.



**misericórdia
do porto**

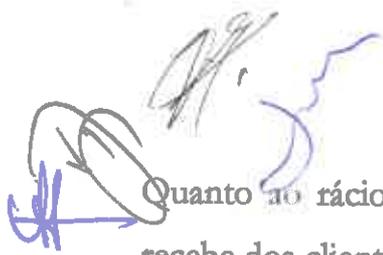


A exemplo da última Assembleia Geral da Irmandade, felicitou a frase escolhida, colocada no início do Relatório de Gestão e Contas, que dita: *“O carácter social da Misericórdia exige que não permaneçamos inertes, mas afugentemos a indiferença e a hipocrisia, para que os planos e os projetos não fiquem letra morta. Papa Francisco in Misericordia et Misera.”*

Como uma pequena nota introdutória, disse que o Relatório apresentado tem uma extensão de 348 páginas e, após pesquisa feita na Internet, comparativamente, o Banco de Portugal apresentou o seu Relatório com 171 páginas; a RTP com 231; o Grupo Pestana com 160; a Sonae com 117; o Grupo Impresa com 272, assim como o Montepio com 675 páginas; o Santander com 433 e a Caixa Geral de Depósitos com 784.

Disse que achou interessante a apresentação do Senhor Provedor, mas maçuda a leitura do Relatório da Instituição, pela sua extensão, embora não retire valor ao seu conteúdo.

Referiu que os resultados negativos de 4,4 milhões de euros foram inferiores aos 6 milhões e 500 mil de euros no ano passado, estes influenciados em 2 milhões e 500 mil euros pelo facto de uma questão Judicial, permitindo dizer que, em termos académicos e em termos contabilísticos, os resultados foram melhores, em termos absolutos, pela condição conjuntural registada o ano passado, mas piores em 400 mil euros, se não tivesse havido o peso do processo Judicial.



Quanto ao rácio clientes/fornecedores, explicou que, por cada euro que se recebe dos clientes, tem que ser pago 3,26 euros, tendo os depósitos bancários baixado à volta de 660 mil euros.

Contribuíram, também, para estes resultados, os outros rendimentos e ganhos que, comparativamente com o ano anterior, melhoraram, este ano, em 1 milhão e 500 mil euros.

Também é verdade que os outros gastos e perdas, comparativamente com o ano anterior, tiveram um agravamento, e que os outros rendimentos e ganhos, no valor de 1 milhão e 500 mil euros, comparativamente ao ano anterior, que ajudou às contas, prejudicando as contas da rubrica “Outros gastos e perdas.”

Relativamente às Demonstrações dos Fluxos de Caixa, na página 282, tiveram necessidade dos financiamentos obtidos, através do recurso à banca para suprir problemas de caixa.

Reafirmou o que já tinha dito no ano transato que, entre o ano de 2013 e o de 2021, o saldo acumulado dos resultados líquidos é negativo em 23 milhões de euros, o caixa baixou de 14 + 3 milhões de euros, chegando de 21 + 3 para 6 milhões + 2 e meio de euros.

O rácio clientes/fornecedores, no ano de 2013, era favorável em 5 milhões de euros, no ano de 2020, o rácio era negativo em 4 milhões e 389 mil euros, no ano de 2001 agravou mais 500 mil euros.

Concluiu, dizendo que se estava em presença de um défice estrutural e crónico, que exige uma mudança de paradigma na gestão.



**misericórdia
do porto**

Por fim, por ser a Santa Casa da Misericórdia do Porto uma Instituição muitíssimo grande, poderosa e importante, sugeriu que, a exemplo da maior parte das empresas, se abrisse concurso público para a rotatividade dos auditores externos, como uma das boas práticas de gestão.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Senhor Provedor, no sentido de responder e esclarecer as dúvidas acabadas de serem colocadas pelo Irmão Jorge Dias.

O Senhor Provedor começou por relembrar que tinha apelado à paciência dos Irmãos presentes, continuando a renovar este pedido, enquanto tentaria responder ao Irmão Jorge Dias, que conhece tão bem os problemas da Instituição, esclarecendo cada ponto que tinha sido apresentado:

- Relatório com 348 páginas

Em tempos, Relatórios mais curtos foram elaborados, tendo alguns Irmãos relembrado a tradição histórica que aponta para que o descritivo do Relatório contenha a verdadeira atividade da Instituição, o que tem sido feito, constando onde, porque e como tem sido gasto o dinheiro movimentado na Santa Casa;

- Processo Judicial dos Enfermeiros

Este processo teve um impacto, já discutido em anterior Assembleia Geral, estando a Santa Casa, neste momento, em Tribunal com o Agente de Execução, por acharmos que as contas apresentadas não estão corretas, por excesso;



- Ida à Banca

O recurso feito à Banca, aprovado em anterior Assembleia Geral, tem a ver com o modelo de tesouraria que tem de existir, pois se um fornecedor não pagar, como pode a Santa Casa proceder, atempadamente, aos seus inúmeros compromissos? Por muitas vezes, têm sido usadas as relações pessoais para desbloquear uma ou outra situação ligada ao Hospital da Prelada.

Reiterou temas discutidos em anterior Assembleia Geral, como a quebra de 8 milhões de euros no Hospital da Prelada, a espera do PIP do campo do Candal, a ser emitido pela Câmara Municipal de Gaia, o plano estratégico a ser adotado no Programa Reabilitar para Arrendar, no sentido de reativar o património de rendimento da Instituição, até ao montante de 10 milhões de euros.

- Mudança de Paradigma

O caminho é criar receitas no património de rendimento e aumentar a competitividade do Hospital da Prelada, em direção à autossustentabilidade.

- Audidores / Revisores Oficiais de Contas

O anterior Auditor era a *Deloitte*, a atual é a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda./PWC (*PricewaterhouseCoopers & Associados*), devendo o mercado ser consultado, no final dos 10 anos de atividade da PWC, na Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Afirmou que se encontra disponível para receber as propostas, as sugestões, os considerandos da Irmandade, com a certeza que tudo tem feito em prol do bem da Instituição e dos princípios que lhe estão encorpados, projetando-a como uma Casa líder da sociedade portuense, na área da Saúde.



De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao *Irmão Senhor Dr. Nuno Miguel Borges Alves Pereira*, que começou por cumprimentar os elementos da Mesa da Assembleia Geral os da Mesa Administrativa, os do Definitório e todos os restantes presentes.

O Irmão Nuno Borges lembrou que, em anteriores Assembleia Gerais, já tinha referido que as contas são muito importantes em qualquer Instituição, com destaque para a Santa Casa da Misericórdia do Porto, entidade sem fins lucrativos, com uma determinada estrutura, cujas contas não podem ser analisadas como se de uma sociedade comercial normal se tratasse.

Opinou ter apreciado a vasta informação que o Relatório e as Contas contêm, o que facilita o entendimento de forma clara e transparente aquando a sua análise.

Reforçou a mensagem já ouvida, de que os resultados têm vindo a ser negativos desde anos anteriores, entendendo que os deste ano se devem, grande parte, aos gastos com as amortizações e depreciações.

Disse que, face ao valor patrimonial de 250 milhões de euros, a perda de meio milhão de euros tem uma expressão residual, falando sobre o financiamento bancário, em cerca de 4 milhões de euros, e da variação do fluxo da caixa, que registou uma redução de cerca de 1 milhão de euros.

Afirmou que as perdas existem, são um facto assumido, mas avaliando o período conturbado vivido nos últimos dois/três anos, entendia que as contas estão equilibradas, ao nível da tesouraria, face à dimensão da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Provedor que reiterou que o défice estrutural reside, fundamentalmente, na Área Social, onde existe uma operação muito grande e, nos últimos anos, na Área da Saúde, pelos factos já atrás fundamentados, lembrando os contactos pessoais e políticos havidos, no sentido de serem desbloqueados os constrangimentos verificados nos entraves ao contrato programa do Hospital da Prelada.

Reforçou os valores “cortados” no total de 8 milhões de euros:

- perda de 2 milhões de euros, aquando a abertura do Centro de Reabilitação do Norte;
- perda de 2 milhões de euros, de prémios referentes ao Hospital da Prelada;
- perda de 2 milhões de euros, de produção contratada, por influência do Tribunal de Contas;
- perda de 2 milhões de euros, pelo preço da consultas.

Enalteceu o excelente trabalho da Senhora Mesária Carolina Oliveira, na dedicação extrema que devota ao trabalho que tem atribuído na área do património, através da reabilitação de imóveis degradados ou fechados, alguns há décadas, sempre com o intuito da sua reabilitação, para posterior rentabilização.

Destacou o papel das parcerias no âmbito da recuperação do património, nomeadamente nos edifícios situados no gaveto da rua Antero de Quental, 521 com a rua da Constituição, 1091, assim como o da rua da Restauração, 133.



**misericórdia
do porto**

Quanto ao Parque da Prelada, sublinhou as conversações em curso com a Associação de Futebol do Porto, para a possibilidade da criação de um centro desportivo de alto rendimento, no sentido de reaproveitamento e rentabilização deste espaço verde da cidade.

Sobre o Centro Hospitalar Conde de Ferreira, informou que existem iniciativas com o Gabinete de Assuntos Europeus, no sentido de promover candidatura ao PRR, para reabilitação de enfermarias.

Relativamente aos edifícios do antigo Hospital Rodrigues Semide, falou das negociações em curso, para que todos os procedimentos a serem tomados redundem em sucesso, sempre em prol da autossustentabilidade.

Destacou o perfil das pessoas que estão ao serviço da Instituição, a mudança do paradigma no pessoal contratado, recentemente, com melhoria na capacidade técnica e na formação académica, referindo, ainda, as aposentações registadas no Hospital da Prelada e da admissão de novos médicos, do reajustamento salarial na equipa de enfermagem, para evitar a saída para os estabelecimentos do Estado ou Privados.

Realçou a dificuldade dos tempos, a resiliência de todos, a confiança da Irmandade, a noção da capacidade dos Órgãos Sociais e, apesar do esforço e do trabalho desenvolvido, aguarda o julgamento dos Irmãos em novembro de 2024, data do próximo ato eleitoral da Santa Casa da Misericórdia do Porto.



O Senhor Provedor finalizou a sua intervenção, agradecendo aos elementos da Mesa da Assembleia Geral e do Definitório a confiança depositada no trabalho desenvolvido pela Mesa Administrativa.

Posteriormente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à votação as *Contas de Gerência do exercício de 2021 e o respetivo Parecer do Definitório*, tendo sido aprovados com um voto contra e 49 votos a favor.

Como habitualmente, deu entrada na Mesa da Assembleia Geral uma proposta, que, lida pelo Senhor Presidente, rezava assim:

“Proposta

Nos termos do artigo 42º, nº 2, do Compromisso desta Irmandade, proponho que seja dado um voto de confiança à Mesa da Assembleia-Geral para redigir a presente ata, considerando-se, assim, aprovada, a fim de ter efeitos imediatos.

30 de março de 2022 aa) Artur Magina.”

Colocada à votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade.

Dada, novamente, a palavra ao Senhor Provedor, que agradeceu aos Irmãos a confiança depositada na votação, a paciência com que todos ouviram a sua apresentação e lançou um apelo desafiante ao Irmão Dr. Jorge Dias, para que faça chegar os seus contributos à Mesa Administrativa, sobre a sua visão detalhada do problema estrutural da Santa Casa da Misericórdia do Porto, com a indicação de eventuais soluções.



misericórdia
do porto

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral renovou o agradecimento pela presença de todos, o que permitiu um momento de convívio prazeroso, despedindo-se até à próxima Assembleia Geral da Irmandade.

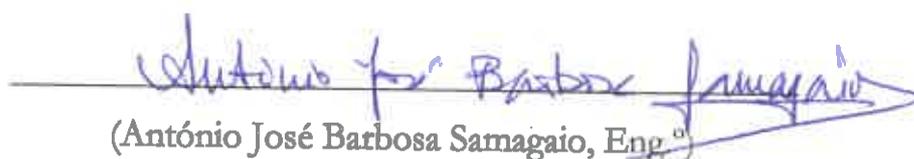
Eram dezanove horas e quarenta minutos, quando foi encerrada a sessão.



(Jorge Rui Moia Pereira Cernadas, Dr.)



(José Manuel Lemos Pavão, Dr.)



(António José Barbosa Samagaio, Eng.^o)



(Victor Guilherme da Barrosa Pereira Dias)

